O NOVO REGIME DE TEMPORALIDADE E A HISTÓRIA MIGRACIONAL

José Jobson de Andrade Arruda

Introdução

A expressão novo regime de temporalidade é uma paráfrase da expressão *mater* novo regime da historicidade urdida por François Hartog[1]. Fustigado pelo presentismo, isto é, o peso crescente da temporalidade vivenciada pela humanidade neste momento, um presente onipresente com vocação para a perpetualidade na medida em que se expande em direção ao passado e rumo ao futuro, Hartog pensa em historicidades plurais. Nossa diferença não é de natureza; é de ênfase. Ao estressar a temporalidade em lugar da historicidade, focamos a essência da história, que é a pluralidade de manifestações do tempo, condição incoercível da matéria histórica.

A formulação chave nesse momento é a de dialógica da transtemporalidade. Um diálogo cerrado e cruzado entre as várias dimensões do tempo em seus múltiplos sentidos, concepção fundamental para que se possa atingir a densa complexidade do acontecer histórico em todas as suas manifestações, das ritmações diferenciadas da temporalidade típicas do mundo das finanças à nebulosa das temporalidades das representações sociais; da temporalidade clássica das fixações populacionais no espaço urbano e de sua mobilidade através do espaço e, portanto, de modo mais específico, a complexificação temporal entranhada nos movimentos migracionais através da história, no sentido de que a compreensividade histórica desses deslocamentos, assumidos como mola mestra da história, não se fazem sem a necessária dialógica do tempo, na qual presente, passado e futuro se interpenetram.

Equivale dizer, ao forçarmos a história das emigrações portuguesas rumo ao Brasil nos séculos XIX e XX, temos que atentar permanentemente para a relação intrínseca entre este momento cronologicamente delimitado e as temporalidades anteriores e posteriores às quais está inelutavelmente atrelado. Seja a especificidade dos movimentos migratórios encetados pelos portugueses nos séculos anteriores, sobretudo a

[1] HARTOG, 2003.

partir do século XV, quando se inicia a grande diáspora transoceânica, procurando encontrar aí heranças e inovações que permitam demarcar os momentos de corte na continuidade história e o consequente estabelecimento de uma renovada cronologização; seja, sobretudo, com referência aos fluxos contemporâneos das migrações portuguesas, envolvendo emigrações e remigrações, idas e vindas, que possam caracterizar certa tipicidade do movimento atual.

Por certo, a inquietação que move os historiadores enfronhados na história das migrações portuguesas oitocentistas e novecentistas não é impulsionada pelo saber possível que tais esforços conduziriam ao conhecimento das migrações passadas em si, se bem que isso possa ser parte da motivação. É em relação ao futuro da história imigracional portuguesa no mundo que se estabelece uma historicidade que tem valor histórico, o que nos leva a perscrutar sobre o passado imediato e remoto desta trajetória histórica excepcional, consciência esta que nos leva a incorporar a transtemporalidade como recurso metodológico indescartável de procedimento investigativo e que, por seu turno, nos leva à necessidade de refletir sobre as territorialidades historiográficas no âmbito da cultura histórica e, por decorrência, sobre o novo regime de temporalidade lastreado em Santo Agostinho[2] e Paul Ricoeur[3] em que ser e tempo se explicitam; história e tempo se completam.

Pressupostos esses que, nesta etapa da pesquisa, fundamentarão a reflexão teórico-metodológica que segue, pois, pensar historiograficamente é pensar a cultura histórica. Pensar a cultura histórica é refletir sobre os vários momentos de cristalização historiográfica quando se dá a instauração de linhagens mestras interpretativas hegemônicas e hegemonizantes. É tentar pairar sobre os vários momentos historiográficos buscando um juízo equilibrado, num esforço de neutralidade possível, e procurar entender por que aquelas diretrizes se tornaram dominantes, acabando por conformar sentidos e procedimentos caracterizados de uma verdadeira "escola historiográfica", êmula das escolas históricas[4].

Se nos fixarmos na segunda metade do século XX, constatamos a emergência de dois momentos coalescentes, caracterizados por conjuntos paradigmáticos, que se expressam em pares de opostos conceituais, conjuntos esses inseridos em territórios reflexivos diversos cuja resultante são formulações categoriais próprias.

Qual o destino de tais conjuntos que, no fundo, para a escrita histórica, são instrumentos operacionais? Haverá lugar no futuro para o simples retorno à problemática metodológica e teórica dominante na primeira metade do século XX? Em que medida o conjunto dominante em sua segunda metade teria condições de alargar seus horizontes e preservar ainda por algumas décadas sua hegemonia? Um diálogo cerrado

[2] SANTO AGOSTINHO, 2002.
[3] RICOEUR, 1985*:* 174; RICOEUR, 2000: I.
[4] THUILLER, TULARD, 1995.

entre as correntes que se apresentam como antagônicas não poderia vir a ser um novo paradigma analítico capaz de dar conta da complexidade quase inapreensível do conhecimento histórico?

1. Territorialidades historiográficas

O equacionamento da problemática em tela exige, preliminarmente, o delineamento dos principais territórios historiográficos do século XX. O primeiro se firma de modo inconteste na primeira metade do século. Tem por referência emblemática a tese de Fernand Braudel, publicada em 1949, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*[5]*,* produto acabado de um movimento renovador no campo da História que vinha se pondo desde a terceira década do século, uma espécie de síntese máster do pensamento consolidado na Escola dos *Annales*, da qual se tornou a referência indiscutível. Suas ideias tornaram-se o farol de toda uma geração. Desbordou as fronteiras da França e adquiriu expressividade mundial: uma forma de fazer história, um modelo de procedimento historiográfico, que o próprio Braudel e todo seu grupo, especialmente Ernest Labrousse e Pierre Vilar, seus principais escudeiros, tratavam de impor disparando, para tanto, todas as armas de que dispunham: o controle de postos acadêmicos na Universidade; a distribuição de recursos financeiros através das agências de fomento à pesquisa; a divulgação dos trabalhos por meio de veículos conceituados ou a recomendação de sua publicação integral pelas editoras especializadas. Os instrumentos conferidores de poder historiográfico surgem explicitamente no texto de François Dosse, *História do estruturalismo*, ao retraçar a trajetória de uma centena de intelectuais[6]. Braudel conduziu sua empreitada como um verdadeiro soberano, como chefe de Estado, dizia Marc Ferro, um de seus principais discípulos. Tornou-se um "verdadeiro construtor de impérios, ourives em matéria de organização, ocupava-se sobretudo em consolidar e dilatar o território do historiador". Como verdadeiro suserano, ocupava-se "em adubar seus vassalos e lhes delegar seus poderes sobre múltiplas parcelas do território em que ele reinava como mestre"[7].

Nesse território, denominado Velha História, exclusivamente por sua anterioridade em relação ao paradigma que o sucederia, poderia, numa formulação generalizante, ser considerado o apanágio da História totalizante, de base essencialmente econômica e social. Contra a história *événementielle*, Braudel propunha uma história "profunda", a trajetória temporal dos homens vistos em suas realidades coletivas, em

[5] BRAUDEL, 1983.
[6] DOSSE, 2007.
[7] DOSSE, 1999: 155.

suas estruturas: do Estado; da economia, da sociedade e das civilizações[8]. Seu objeto eram as *macroabordagens*, vastos sujeitos coletivos cuja percepção exigia a ênfase no *estrutural*, nas linhas de força capazes de dar vida a um determinado sistema, no caso de Braudel, a base material do sistema capitalista em formação.

Sua apreensão exigia um renhido esforço de *análise*, de *reflexão* sistemática e crítica permanente que, não obstante, para ser inteligível, compreensiva aos homens do presente, precisava ser reduzida a *conceitos*, imagens fortes capazes de dar aos historiadores capacidade operacional, condensação consciente, mas necessária, considerando-se a vastidão dos objetos reconhecidamente dotados de dignidade historiográfica. O enfeixamento da reflexão em um número finito de conceitos encerrava o procedimento e apontava naturalmente numa determinada direção, pois todas as virtualidades não realizadas, vencidas, foram sendo deixadas para trás, consubstanciando-se a ideia de um determinado *sentido*, que não se inscrevera previamente na mente do historiador, mas que se instala como resultante evidente no momento em que o processo se delineia e consuma em sua arquitetura explicativa baseada na pesquisa.

O recorte de tempo inovador é a pedra de toque desse conjunto historiográfico. Privilegia a *média duração*, secundarizando a *curta duração*, o tempo do evento, emblemático do positivismo histórico, é relegado à condição de porta de entrada para as durações alongadas[9]. Põe na média duração a responsabilidade pela apreensão do sentido da história, uma escala de tempo que medeia entre os 30 e os 50 anos, tempo crítico na percepção histórica porque se instala entre a fugacidade do tempo curto e a secularidade da *longa duração*, requalificando o significado do tempo curto, a poeira da história que, incessantemente repetida, estruturaliza-se e nos faz viver a cada instante no tempo curto e no tempo longo, obrigando o historiador ao manejo cuidadoso da descontinuidade[10].

Inevitavelmente, as médias durações delineiam hegemonias econômicas e de classes sociais, considerando-se sua especial visão de mundo, sua *ideologia*, um elemento fundamental na compreensão do jogo do poder que, nestes termos, faz girar toda a roda da História. Se reconhecermos que há uma relação necessária entre todas as expressões escandidas, que elas dialogam entre si formando um todo harmônico, é

[8] Para desqualificar a ilusão provocada pelos acontecimentos na mente do historiador, Fernand Braudel recorreu, por mais de uma vez em seus escritos, à metáfora da "multidão de vaga-lumes esvoaçantes no sertão brasileiro, brilhantes, mas que não iluminavam". Ver POLONI-SIMARD, 2003: 138.

[9] O tempo do século XIX ligava-se aos valores, tributário de um papel criador que alavancava a noção de progresso e justificava a ideia de que o presente era superior ao passado, além de depositar ampla confiança no futuro, portanto, um tempo prenhe de juízo de valores. Ver POMIAN, 1978: 558.

[10] A duração não existe como dado nas sociedades, existe como problema, sendo um movimento pelo qual as "sociedades selecionam, a cada instante do presente, o estoque de suas experiências, autorizando o retorno às técnicas e aos gestos da produção, permitindo ao passado estar novamente e plenamente lá". Ver PERROT, 1981: 3-15.

inevitável pensar-se numa *razão* recôndita que as atravessa, uma inquestionável razão histórica.

O segundo território historiográfico cria-se por oposição ao primeiro. Portanto, não seria o território do vazio e sua compreensão pressupõe o diálogo com o paradigma pré-existente. É o fruto de uma nova geração de historiadores, em sua grande maioria gestados nas entranhas dos grandes mestres do primeiro movimento cujo pontificado aspiram herdar. A obra-símbolo desse movimento é, sem dúvida, *Montaillou*, publicada em 1975, escrita por Le Roy Ladurie[11], autor de uma tese de doutoramento sobre a história do clima[12], dirigida por Ernest Labrousse. Cumpre exemplarmente os novos paradigmas historiográficos que haviam sido anunciados no lançamento da *Bibliotèques des histoires* e, mais objetivamente ainda, no livro-bíblia do novo movimento que é *Faire de l'histoire*[13]. Nascia aqui uma nova história, essencialmente cultural, que se aproximava muito mais da Antropologia e da Literatura. Mobilizava fontes até então consideradas secundárias ou exóticas, a exemplo dos repertórios inquisitoriais, deles extraindo uma nova história das mentalidades, que evoluiria para o estudo das representações sociais, dissecada em sua matriz teórico-metodológica no dicionário da nova história, publicado em 1978[14].

O resultado é o surgimento de um novo olhar sobre e para a História. Os *microrrecortes* são realçados. Objetos banalizados são revalorizados. O *pontual*, o contingente, a filigrana ganham evidência e assumem a ribalta. A redução dos objetos comporta a *descrição* minuciosa, não qualquer descrição, mas aquela que fosse capaz de recriar esteticamente o passado, o que passa a exigir dos historiadores o talento dos grandes escritores, a erudição, o estilo.

As linguagens *narrativas* retornam conferindo valor aos suportes literários. Uma revanche da história *evenementielle* sob novas roupagens, agasalhadas por um renovado conjunto paradigmático. *Símbolos*, signos e mitos passam a ter lugar de destaque nesta narrativa rejuvenescida, formas metafóricas ou alegóricas por meio das quais se expressam as *representações* sociais, o que obrigava o historiador a recorrer a um entrecruzamento permanente entre o *tempo curto* e o *tempo longo*, o engastalhamento do tempo curto da descrição/narração no longo tempo estrutural, indispensável à apreensão das representações sociais inscritas nos imaginários culturais. Uma História instalada mais ao nível da *sensibilidade* do que da inteligibilidade, um *troisiéme niveau* quase inacessível a uma parcela ponderável da comunidade dos historiadores.

---

[11] LE ROY LADURIE, 2000.
[12] LE ROY LADURIE, 1967, retomada em seu livro mais recente, *Histoire humaine et comparée du climat*. Canicules et glaciers XIII^e^-XVIII^e^ siècles, 2004.
[13] LE GOFF, NORA, 1974. A divulgação da nova doutrina histórica ficou por conta do *Dicionaire de l'Nouvelle Histoire*, 1978.
[14] LE GOFF, CHARTIER, REVEL, 1978.

Postos frente a frente, os pares de oposições conceituais referidos nos remetem, ao mesmo tempo, aos limites do necessário diálogo entre memória e história. Se pensarmos como Maurice Halbwachs[15], que, do lado da memória está tudo que flutua, o múltiplo, o sagrado, o mágico, a imagem, e que do lado da história alinha-se o laicizante, o problemático, o crítico e o conceitual[16], não seria equivocado afirmar que o primeiro conjunto paradigmático está mais do lado da história e que o segundo remete à memória, ou, como quer Paul Ricoeur, de um lado está a fidelidade da memória e, de outro, a verdade da história[17].

2. Presente e passado

Pensar historiograficamente é pensar as temporalidades. A urdidura do tecido histórico se faz a partir dos impulsos do presente. É o presente, em sua fugacidade incontrolável que, num átimo de tempo, torna o presente em passado, num jogo de contrastes permanentes, pois, concomitantemente ilumina-obscurece, silencia-exalta, congela-reaquece, mas também nubla o lugar de onde se fala, transformando o passado "sob os influxos do presente, uma vez que as trajetórias pessoais e coletivas são incessantemente repostas"[18]. Cria-se um tecido imaginário, por força do "sujeito que lembra e significa o que foi previamente significado, num processo de ressignificação recorrente que constitui o próprio tecido do imaginário"[19]. O presente destrói o passado, dele se alimenta, prescindindo de sua experiência social concreta. Mas dele não se livra tão facilmente. A herança do passado se projeta sobre o presente: o presente mimetiza o passado, veste-se de passado no afã de legitimar suas criações inovadoras[20]. Do encontro, passado e presente ressurgem transformados, pois a "narrativa sobre o passado via rememoração não implica apenas na tentativa de restauração do passado, mas alavanca também uma transformação do presente" e, portanto, "já não teremos mais um passado como ele realmente foi e nem um presente incólume à interferência do passado"[21]. O presente realiza as aspirações futuristas do passado, nesse sentido, "o presente é a efetuação do futuro rememorado"[22].

[15] HALBWACHS, 1994.
[16] DOSSE, 2007: 11-24.
[17] RICOEUR, 2000: I.
[18] ARRUDA, 1998: 18.
[19] ARRUDA, 1998: 18.
[20] "A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos", antecipou Karl Marx. Ver MARX, 1968: 15.
[21] DIHEL, 2002: 101.
[22] RICOEUR, 1985: 68.

O evento passado é plenamente reorganizado e assimilado pelo presente, exprimindo, nesse passo, a busca de unificação do presente pelo evento pretérito, reduzindo o passado às suas expressões mínimas, apreensíveis e validadas pelo presente[23]. Reversamente, as reconstruções memorialísticas do passado revelam o tecido esgarçado da sociedade que comemora, porque comporta discursos e contradiscursos, construções e descontruções, que apontam para a dimensão fugaz do presente histórico e a validade das comemorações como espaços criativos de reflexão histórica que enlaçam, vigorosamente, a tríplice temporalidade numa unidade de sentido. É exatamente essa pletora de possibilidades que permite a imensa variedade de apropriações identitárias do passado.

> "Nos exercícios de rememoração, a história recordada esgarça a cronologia, desborda o espaço, preenche as lacunas entre os acontecimentos, presentifica as ausências. Por isso, apesar de a memória ensejar uma história narrada, a reconstrução memorialística "não precisa de matéria', no sentido preciso de que ela fia a própria substância"[24].

Essa é a questão de fundo. John Burrow inquieta-se com as motivações para a escrita da história realizada no passado. O que as gentes do passado consideravam significativo em seu próprio passado e porque assim pensavam? Sobre que passados lançavam sua atenção, de que modo os apresentavam e por quais razões modificaram suas explicações no avançar dos tempos? Em suma, "que passados escolheram para si mesmo... e de que forma o investigaram e apresentaram"[25]. Equivale dizer, trilhando as sendas de Johan Huizinga, que máscaras estas épocas escolheram para estabelecer sua identidade, para representá-los[26].

O Renascimento escolheu a Antiguidade. Para Petrarca, os *moderni* eram homens das *dark ages*, mas com uma importante diferença: eles sabiam que o futuro restauraria a radiação pura da Antiguidade, tinham consciência de que aí se iniciava um novo ciclo na história, instalando uma ideológica e revolucionária aliança com o tempo. Sua concepção total do tempo baseava-se na convicção de que a história tinha um sentido específico, não como padrão transcendental predeterminado, mas como expressão interativa de forças imanentes. Em decorrência, o homem deveria participar conscientemente da criação do futuro, convertendo-se em agende de mudança num mundo intensamente dinâmico[27].

A memória é, de fato, a matéria-prima da história. Mas não qualquer memória, a memória singular, a memória indizível, mas, sim, a memória que existe na consciência

[23] CARDOSO, 1998: 11.
[24] ARRUDA, 1998: 17.
[25] BURROW, 2008: XV.
[26] BURROW, 2008: 448.
[27] CALINESCU, 1987: 22.

coletiva, em "especial na consciência social histórica"[28]. Noção esta que deve ser entendida como uma "noção difícil", pois, "despojada de toda evidência própria... anunciará, a seu termo, o suicídio da história"[29]. Rompe-se aqui o velho idílio entre a história e a memória. A história é um pensamento sobre o passado e não uma rememoração, diz-nos Jean Pierre Rioux. A "história forja suas próprias armas e codifica suas leis". Em decorrência, o historiador não é um memorialista, pois ele produz um texto escrito, a "récita de uma representação do passado"[30]. O esforço de memorização do historiador não encontra eco na memória do passado. A memória social depende das memórias individuais sujeitas ao mecanismo de evasão da má e retenção da boa memória. "Nós reparamos a memória através de filtros róseos" e tais filtros estão sujeitos a complexas travessias neurológicas, que impedem memórias de serem réplicas perfeitas da realidade externa. Nesse sentido, todas as memórias são "criadas" mais do que propriamente "recebidas"[31]. Mais complexo ainda é o processo de retenção e retransmissão da memória, por via oral, escrita, artística, inconográfica, monumental, suportes incontornáveis da elaboração histórica.

Paul Ricoeur é, de longe, o intelectual que mais contribuiu para o refinamento do instrumental mobilizado pelo historiador em suas incursões no passado, a busca por sua inteligibilidade, exatamente o oposto do procedimento metodológico adotado por Ricoeur, que mobilizou o trabalho dos historiadores para construir sua "filosofia do tempo, a epistemologia do conhecimento e a fenomenologia da memória"[32], tríade fundamental na renovação dos estudos historiográficos.

3. Presente e futuro

Jacques Le Goff lembra que, no primeiro número da revista *Past and Present*, declarava-se "a história não pode, logicamente, separar o estudo do passado do estudo do presente e do futuro"[33], enlaçamento temporal que Paul Ricoeur explica: "À dialética do espaço vivido, do espaço geométrico e do espaço habitado, corresponde uma dialética semelhante do tempo vivido, do tempo cósmico e do tempo histórico", em que a localização na ordem do espaço corresponde igualmente à datação na ordem do tempo[34]. Uma ampla variedade de aproximações ao significado do tempo se pôs no transcorrer dos séculos. O tempo formal contraposto ao material; o ideal ao

[28] LE GOFF, 1996: 204.
[29] RICOEUR, 1985: 174.
[30] RIOUX, 1997: 326.
[31] FERNÁNDEZ-ARNESTO, 2002: 156.
[32] DOSSE, 2007: 231.
[33] LE GOFF, 1996: 224.
[34] RICOEUR, 1985: 191.

real; o subjetivo ao objetivo; o contínuo ao descontínuo; o linear ao circular; o perfeito ao vicioso; aporias que resistem, duram, sobretudo as da constituição do tempo, que o revelam ser uma realidade contraditória[35].

Se pensado no plano do tempo mitológico, todas as modalidades do tempo estão dispostas num mesmo nível e são, em certo sentido, simultâneas.

O "tempo é vivido da mesma forma que o espaço, e o presente não está separado do bloco temporal formado pelo passado e o futuro", que permite ao "passado não cessar de durar", isto porque o tempo é fundamental na caracterização das culturas e o modo de sua representação expõe as características essenciais da sociedade, das classes, dos grupos ou dos indivíduos que a formam, sendo, portanto, "uma componente essencial da consciência social", cuja estrutura reflete "os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura". Sua diferenciação não se dá apenas na comparação entre as diferentes culturas e sociedades, mas também em função de sua estrutura interna, concepção que implode a ideia de um tempo monolítico e escande sua pluralidade[36].

Em suma, não há lugar para o presentismo exacerbado, nem para o passadismo renitente. "Só me interessa o presente e a maneira de me movimentar no espaço e no tempo em que vivo", equivale dizer, "só me atrai, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente" e, por desdobramento, "a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente", manifesto radical que não deixa de causar certa estranheza vindo de um medievalista de notório saber[37]. No sentido oposto, enfoca-se o passado por si mesmo, para seu próprio bem, partindo-se do pressuposto de que o "passado é um país estranho", pois "eles fazem coisas de modo diferente" por lá[38].

De fato, "a simples narração de um presente do passado torna-se uma presentificação refletida no passado"[39], ultrapassando as limitações inerentes ao presentismo exacerbado, bem como o passadismo impositivo que transforma a história em disciplina investigativa do passado. Nesse contexto, entendida como forma de história intelectual, a historiografia impõe-se como pensamento que busca refletir sobre o modo pelo qual "em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação"[40]. Postas em relação, reiteramos, uma relação de sentido e não relação causal. É o passado tido como *passado do presente*, sem que obrigatoriamente o presente tenha se tornado futuro pré-fixado por aquele passado, isto é, o *futuro presente*. Mas o passado pode se alongar e atravessar o presente, superpondo

[35] CHENET, 2000: 207.
[36] GOUREVITH, 1975: 257, 260, 268.
[37] MATTOSO, 1999: 20.
[38] HARLEY, 1953.
[39] KOSELLECK, 2006: 174.
[40] KOSELLECK, 2006: 307.

as temporalidades, um passado que se recusa a morrer, um passado que não passa[41], um passado incessantemente reposto, reforçando o lugar da memória na história, responsável pela "crise do futuro em nossa sociedade ocidental"[42], cuja resultante é um presente imensamente dilatado, função da busca de compreensão de nós mesmos[43].

Em Paul Ricoeur, a refiguração do passado faz com que o presente seja o momento vivido e realizador das antecipações de um determinado passado que foi rememorado, fazendo com que, por essa via, "o presente seja a efetuação do futuro rememorado"[44], um tempo lotado de referências temporais, saturado de urgências, um tempo que se esforça por concentrar, em si mesmo, todas as durações[45].

A dialógica transtemporal não pode ser segmentada. Entre o passado e o presente, entre o presente e o futuro, não há descontinuidade. Assim como o passado anunciou o presente, o futuro possível também se inclui no *organon* da interpretação histórica, por integrar planos, expectativas, desejos, vontades que fazem parte de ambas as temporalidades, da futura e da presente, fundindo as dimensões do tempo numa perspectiva antropológica. Concepção ameaçada nos tempos que correm, pois o homem moderno, sem heranças e sem projetos, vê crescer as barreiras que o impedem de pensar o porvir, por estar excessivamente focado na vivência do imediato. "Nas sociedades modernas, o tempo-sistema é rigidamente estruturado e instrumentalizado", experimentado sob múltiplas tensões do tempo social, que é, sobretudo, o tempo da produção e o tempo do consumo. A resultante é estar o homem moderno sobre o "efeito de um *stress de temporalité*", anestesiador da história corrente, mas não da *prise du temps* do historiador[46].

A interpenetração passado e presente não se esgota em si mesmo. Ela inclui um *horizon d'attente*, na formulação de Paul Ricoeur[47], uma certa expectativa de futuro à qual os atores históricos, sejam sujeito ou objeto das construções historiográficas, estão inexoravelmente submetidos. Ao vivenciar o presente, fazem-no sob o impacto de *flashes* luminosos que se anunciam no porvir, exatamente como alguém que se

[41] ROUSSO, CONAN, 1994.
[42] DOSSE, 1999: 65.
[43] NORA, 1993: 7-28.
[44] RICOEUR, 1985: 68.
[45] Exatamente o oposto da concepção de tempo presente fugaz, átimo de tempo, como deixa entrever esta formulação: "Tudo que fazemos ou pensamos, tudo que imaginamos sobre o futuro passa instantaneamente para o passado e se torna um objeto próprio para a pesquisa histórica". Ver FERNÁNDEZ-ARNESTO, 2002: 151.
[46] "Os meios de comunicação e, sobretudo, a televisão, criam um tempo irreal, um tempo ficcional, que pode congelar o fluxo do tempo transmitindo a sensação de um presente eterno possibilitando viagens imaginárias de volta ao passado ou de projeção ao futuro". Ver CHENET, 2000: 158-159.
[47] Paul Ricoeur fala de um horizonte de expectativa, um regime de historicidade aberto em direção ao futuro, face à ausência de projeto de nossa sociedade moderna. Ver RICOEUR, 1986: 391.

põe à *guetter l'aurore*[48] da História, reforçando a noção de pluralidade temporal que institui um novo regime de historicidade[49].

Como categorias históricas, os conceitos de experiência e de expectativa equivalem às de espaço e tempo. Plenos de realidade, integram campos semânticos que em princípio se excluem, mas que estão estreitamente relacionados entre si, pois não há expectativa sem experiência, nem experiência sem expectativa[50]. Conceitos que, por relacionarem passado e futuro, são categorias adequadas para refletir sobre o tempo histórico. Desde que a expectativa se realiza no tempo presente, portanto, para o "ainda-não", para aquilo que não foi ainda experimentado, e que somente pode ser previsto, a experiência futura se decompõe numa infinitude de momentos temporais. "Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência", ainda que não possa ser efetivamente contemplado, porque não pode ser experimentado por antecipação e configurar-se, apenas, nos prognósticos, tanto mais prováveis quanto maior for o "espaço de experiência aberto para o futuro", uma vez que "as experiências liberam os prognósticos e os orientam". De qualquer forma, a noção de expectativa utilizado histórica, ou teoricamente, saturado de experiência histórica converte-se em "conceito de expectativa"[51].

Assumir esta formulação pressupõe incorporar a nova concepção de temporalidade, essencial à compreensão dos fenômenos históricos, concepção essa que supera a clássica compartimentação passado, presente, futuro, que elegia o passado como tempo unívoco da História; que recusava o presente como o produto mais acabado da História, como sempre quis Wiltold Kula[52]. Exige assumir a noção de complexificação da temporalidade histórica, na qual os tempos se entrelaçam realizando uma dialógica transtemporal.

Se existe um futuro passado, como quer Koselleck, existe também um futuro presente, isto é, o futuro imediato colado no presente, que o afeta diretamente, a exemplo do mercado futuro de ações que, no fundo, é um mercado presente, mas pode provocar, a partir de um futuro apenas presumível, violentas crises no presente. Mas não está descartado um futuro do futuro, ou seja, o futuro mais distante do que aquele futuro que nos acostumamos a imaginar, pensado como um tempo insondável. Assim, poderíamos falar de um presente do passado, do futuro do passado, do presente imediato, do presente passado, do presente futuro, do presente do futuro, do

[48] Paráfrase inspirada no livro de DELUMEAU, 2003.
[49] HARTOG, 2003.
[50] KOSELLECK, 2006: 307-308.
[51] KOSELLECK, 2006: 310-311, 313, 325.
[52] "Si las fuentes históricas son todos os vestigios del pasado, toda la obra de los tempos pretéritos, el más importante de los vestigios, la más importante de las obras, es la realidad que nos rodea. La más grande, la más rica, la menos aprovechada de las 'fuentes históricas'". Ver KULA, 1973: 594.

futuro do futuro, expressões plausíveis e tipificadoras da complexificação da temporalidade histórica.

Um tempo presente dilatado se faz às expensas do passado e do futuro, um tempo que, ao produzir sua própria luminosidade, absorve o brilho do passado e do futuro, eclipsando o próprio tempo histórico, tornando-se o tempo da memória, da amnésia cotidiana, uma espécie de "presente monstro", paráfrase do que Pierre Nora chamava de "evento monstro", por ser multiforme e multívoco, sendo ao mesmo tempo tudo e quase nada, por estar sujeito à tirania do imediato[53]. Isto explica as formulações aparentemente *nonsense* sobre as múltiplas acepções do tempo ao se falar de um "futuro do passado"; "um passado que não passou"; "um passado que traga o presente"; "um passado que se recusa a morrer"; "um passado que se quer eterno"; "um passado eterno"; "o futuro como um presente que se alargou"; "o presente como passado do futuro". Se para Hannah Arendt o presente se introduz como uma "brecha entre o passado e o futuro", preferimos considerá-lo "uma cristalização do passado e do futuro", uma articulação temporal que valoriza o papel do presente, um presente recomposto, adensado, o tempo da historicidade sobre o qual se deve debruçar o historiador, atento à sua pluralidade, isto é, à multiplicidade de temporalidades entranhadas no presente permeado por variadas fontes discursivas.

Uma temporalidade densa, oposta à concepção de átimo evanescente fixada por Santo Agostinho ou da precariedade transitória de Bergson.[54] Nesta passagem clássica, vislumbra-se a concepção de átimo evanescente de Santo Agostinho.

> "De qualquer modo existem dois tempos – o passado e o futuro –, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. Mas se o presente para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa de sua existência é a mesma pela qual deixará de existir?"[55]

Dialógica temporal essa já pensada por Martin Heidegger em 1926[56], para quem o homem é o único animal que sabe de sua morte, um ser que caminha para o "haver sido", o que lhe dá a percepção do passado a partir do futuro, sendo a História nada mais do que a consciência que os homens têm desta temporalidade, fazendo do presente uma permanente antecipação do futuro, pois ele sabe, em cada caso, "ser futuro", pois o mundo que está por vir se acha embutido no presente inteiramente modelado[57].

---

[53] Citado por HARTOG, 2003: 217.
[54] AGOSTINHO, 1973; BERGSON, 1974.
[55] AGOSTINHO, 1973: 244.
[56] HEIDEGGER, 1999: 28-29.
[57] KOSELLECK, 2003: 34.

Portanto, é sobre o intervalo de tempo transcorrido entre o nascimento e a morte do indivíduo que Heidegger constrói sua ideia de historicidade[58], propondo uma temporalidade que articule as três instâncias temporais do futuro, do passado e do presente, a qualidade passada do passado, a *passéité*, não se compreende em sua constituição distinta se não acoplada à qualidade futura do futuro e à qualidade presente do presente. "A cultura da memória, como *ars memoriae*, se constrói sobre uma semelhante abstração do futuro. Mas é, sobretudo, à história que concerne, metodologicamente, esta eclipse do futuro"[59]. Para Heidegger, "a temporalidade é mais objetiva que todo objeto e mais subjetiva que todo sujeito" e deve ser pensada como horizonte do Ser, a partir do qual o Ser pode ser pensado, portanto, se o "Ser é o Tempo, o Tempo é o Ser". Equivale dizer, "o Ser fala através do tempo, e o tempo através do Ser"[60].

É sobre a ideia diretriz de ser-para-a-morte que Paul Ricoeur afirma que a temporalidade não somente molda uma das características essenciais do que nós somos, mas que acima de tudo estabelece a relação entre "ser a ser enquanto ser". A futuridade entranhada na concepção ser-para-a-morte submete o tempo indefinido da "natureza e da história à dura lei da finitude mortal". A história emerge não somente como evocação dos mortos, mas como "*mise en scène* dos vivos de outrora". Justifica-se assim o duplo sentido da história: a coleção dos fatos havidos, presentes e por vir; os discursos produzidos sobre estes mesmos acontecimentos extraídos dos testemunhos e, por fim, uma representação histórica do passado, pois, "nós fazemos a história e a fazemos porque nós somos homens históricos"[61].

A abordagem heideggeriana tem precedência na ontologia de Santo Agostinho, para quem o homem avança no tempo, "mas ele avança para a finitude e para a morte, e é a partir desta morte que se mede o tempo que lhe advém porque ele o vive". O presente se faz a partir do futuro, e o presente recua até os segredos do passado[62]. Seu ponto de partida é um paradoxo que pesa sobre a concepção de passado e de futuro, na medida em que, no tempo presente, o passado já não mais existe e o futuro ainda não "chegou", portanto, o pensar sobre o tempo é uma reflexão sobre o inexistente[63]. É pelo movimento de *distensão* que a alma se expande para o passado ou para o futu-

[58] Obviamente, esta linhagem interpretativa teria que ser relativizada a considerarem-se as opiniões recentes, segundo as quais, em sua obra-prima *Ser e tempo*, Heidegger não apresenta uma filosofia da existência individual e, sim, uma doutrina do autossacrifício radical, na qual o individualismo é admitido somente para o propósito do heroísmo de guerra. Ver FAYE, 2009.

[59] RICOEUR, 1986: 451-453. A obra de Martin Heidegger foi publicada em 1927, *Sein und Zeit*, e as citações de Paul Ricoeur e François Chenet referem-se à tradução francesa de E. Martineau, publicada pela Authentica, em 1985, e revisada por F. Vezin, na publicação da Gallimard, de 1987.

[60] CHENET, 2000: 114-115.

[61] RICOEUR, 1986: 452-458.

[62] BOUTANG, 1993: 37.

[63] DOSSE, 2003: 152.

ro nas "operações de lembrar e esperar (*expectare*) e assim torna essas dimensões presentes". A transitoriedade do tempo é assumida como "movimentos de consciência", destarte "o passado cresce nos arcanos da memória à medida que o recolho de um futuro que posso visar também cada vez mais longe"[64]. É a Santo Agostinho, portanto, que se deve a compartimentação tridimensional da história, inscrita em seu clássico *Confissões*. "Há três presentes, o presente do passado que é a memória; o presente do futuro que é a expectativa; o presente do presente que é a intuição", princípio organizador da temporalidade, diferentemente de Heidegger que acentua o papel do futuro e não do presente[65].

4. Acepções historiográficas

A tudo isto reporta o conceito renovado de historiografia grafado em múltiplas acepções. Etimologias à parte, o termo foi entendido como substitutivo para a história em si, identificado com a sucessão de fatos, com a cadeia de eventos que conformam o processo histórico, mas também com o inventário de obras históricas, sinônimo de rol, de elenco de obras históricas produzidas referidas a um tema específico, a um determinado período ou mesmo a um recorte mais abrangente. Sua fatura pode ser simplesmente a relação das obras inventariadas, contexto em que a noção de historiografia se traveste em sinônimo de bibliografia, de literatura histórica pertinente ao tema, que pode variar no sentindo de seleção de autores considerados relevantes num determinado elenco, cujas idéias-chave são simplesmente resumidas. Ambos procedimentos que esvaziam o significado mais denso do conceito de historiografia, remetendo-o à vala do senso comum.Numa terceira vertente, partindo-se do pressuposto de que o modo atual de fazer história carece de reflexão densa, de teorização que pressupõe diálogo cerrado com as ciências humanas, propõe-se a sua substituição da História pela expressão historiografia. Nesse sentido, os cursos universitários de História passariam a denominarem-se cursos de Historiografia, ficando sob o rótulo História a matéria histórica propriamente dita, seu percurso temporal retido nos arquivos e nos suportes da memória. Esta proposição é de Júlio Aróstegui, em seu livro *Crítica historiográfica*, em que a história surge como "ciência do tempo"[66], formulação que reproduz Cervantes "a história é êmula do tempo"[67]. É exatamente o pensar da história como ciência que leva Aróstegui a

[64] SILVA, 2009: 11.
[65] RICOEUR, 1986: 454.
[66] "A historiografia... é a ciência da temporalidade humana", pois "os fatos, as mudanças, os eventos, não acontecem no tempo, mas eles criam o tempo". Ver ARÓSTEGUI, 2005: 278-279.
[67] CERVANTES, 2005: IX.

pleitear um lugar para a história no âmbito das ciências humanas, projeto que, segundo ele, exige o diálogo interdisciplinar e, portanto, o indispensável recurso à teorização de porte elevado.

De forma mais abrangente, a historiografia também foi entendida como expressão de uma totalidade cultural, a representação cultural de uma determinada época, identificando historiografia com cultura, como pensa John Burrow ao recompor o panorama evolutivo da cultura ocidental desde os gregos até nós. Para ele, a historiografia não é somente um gênero amplo em si mesmo, mas é também "parte da cultura ocidental como um todo", sendo que, em determinados momentos foi muito influente e até mesmo essencial, isto porque as sociedades europeias, em diferentes momentos, deram enorme importância às versões sobre seu passado e a noções sobre o desenvolvimento histórico, de modo que "idéias de história e aspectos do passado entrecruzaram-se e parcialmente constituíram idéias sobre religião, moral e política... ajudando a constituí-las"[68]. Portanto, recuperando e trazendo até nós a personalidade dos historiadores surpreendida em seus escritos, destacando a forma de sua moldagem por seu próprio tempo e por sua própria experiência.

A derradeira proposição remete à historiografia como dialógica transtemporal. Nessa vertente, historiografia passa a significar a análise crítica da produção gerada pelos historiadores em sua imersão temporal[69]. Em decorrência, o rótulo produção histórica ocupa o lugar do vocábulo historiografia, no modo pelo qual ele é utilizado em seu senso comum, vulgar. Não se falaria, portanto, em historiografia brasileira, ou historiografia do Brasil colônia, falar-se-ia, sim, da produção histórica brasileira, ou da produção histórica do Brasil colônia, reservando-se para a expressão historiografia a reflexão crítica sobre a história contida nas obras produzidas, num cerrado diálogo entre autor, meio e obra, cientes de que "as idéias sobre o passado expressa nos escritos dos historiadores e o modo pelo qual se põe em relação a ele também é parte desta história"[70].

Vale dizer, toda obra histórica é uma narrativa e, por via de consequência, no recôndito dessa narrativa, aloja-se um autor, um historiador, tornando inevitável certa projeção de si mesmo sobre a escritura realizada. Não sua projeção como indivíduo, mas como *persona*, na forma de uma máscara social, de um eu criado, do intelectual/profissional dotado de uma formação específica por suas experiências, expectativas, vivências, leituras, conceitos, representações, informações, cujo controle, em favor da cientificidade histórica, está em concebê-la como "ciência da cultura", produzida

[68] BURROW, 2008: XVII.
[69] Praticamente, o mesmo que dizer "A historiografia (isto é, a maneira de escrever a história) é uma produção social". Ver GARCIA, 1999: 11.
[70] BURROW, 2008: XVII.

por "homens de cultura" e, portanto, "dotados da capacidade e da vontade de assumir uma posição consciente diante do mundo e de lhe conferir um sentido"[71].

Nessa perspectiva, lembra-nos Krzystof Pomian, invocando Benedetto Groce, toda história é uma história contemporânea, na medida em que "aloca os escritos dos historiadores no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas do seu tempo; tira o véu do *partis pris* e das pressuposições que presidiram a elaboração das imagens do passado e do presente", o que o leva a concluir que a "história não é uma ciência", estando antes "do lado da ideologia" e o historiador, por decorrência, "um forjador de mitos", cujas obras refletem "o curso da história que lhe é contemporânea"[72], análise que reforça o valor e a utilidade da concepção de historiografia assumida como consciência crítica da história.

Congelada nos dicionários, a historiografia é "a arte e o trabalho do historiador"[73]. Se é sua arte e seu trabalho, significa que é uma criação sobre base documental, nestes termos enlaçando arte e artesania. A matéria sobre a qual o historiador trabalha o lança ao passado e exige trabalho de história, no sentido original de pesquisa consagrado por Heródoto; mas a arte da reflexão sobre esta base empírica o atrela ao presente, presente magnífico porque se expande rumo ao passado e na direção do futuro. Perspectiva analítica que posiciona o historiador numa charneira de múltiplas temporalidades e, por isso mesmo, no vértice entre a ciência e a arte, antinomia já apontada por Chartier ao lembrar a estreiteza do caminho para quem pretende rechaçar, ao mesmo tempo, a redução da história a uma atividade literária, curiosa, livre, aleatória e a assunção de sua cientificidade a partir de um modelo unívoco do mundo físico[74], clivagem da qual discordaria Nietzche ao afirmar que "a história não é uma ciência, é uma arte", pois nela só se logra êxito pela imaginação[75].

Imaginação historiográfica, eis o caminho apontado pelo filósofo alemão, cuja realização pressupõe, contudo, a reformulação do conceito de tempo, de sua sequência linear, acorrentado ao tempo astronômico que flui do passado para o futuro, atravessando o presente; vertente interpretativa que dá solidez à ideia de complexificação da temporalidade histórica, uma leitura transtextual do tempo. É esta concepção de temporalidade que rege o conceito de historiografia em sua dimensão mais refinada, que é a de ser uma análise crítica das obras históricas produzidas pelos historiadores

[71] WEBER, 2006: 58.
[72] KRZYSTOF, 1999: 123, 125.
[73] INSTITUTO, 2001: 1543.
[74] CHARTIER, 1994: 21.
[75] NIETZSCHE, 2001. Demonstração eloquente do entendimento dos escritos históricos como arte é o já citado livro de John Burrow, *History of histories*, que tem a virtude de nos recordar que as narrativas dos grandes historiadores recendem a obras literárias de porte elevado, e cujo traço de unidade é dado pelo esforço comum em buscar os significados mais recônditos dos eventos particulares, contribuindo para a compreensão do modo pelo qual os indivíduos agem como atores sociais.

e dos próprios historiadores em sua imersão temporal. Vale dizer, pensar as obras produzidas não em si mesmas, nos objetos sobre os quais se debruçam, mas naquilo que são capazes de expressar o entorno problematizado das múltiplas temporalidades que nela se entrecruzam, necessariamente, escandindo o tempo a partir do qual falam seus atores e agentes, bem como os universos sociais, a ambientação cultural e as motivações pessoais de seus construtores[76].

Todavia, como o tempo não é uma entidade abstrata, uma vez que a percepção que dele temos é o significado que a ele é atribuído e é socialmente engendrado e filtrado na imensa variedade de experiências vividas pelos historiadores, os estudos historiográficos guardam relação próxima de parentesco com a sociologia do conhecimento, nos termos de sua formulação clássica por Karl Mannheim[77], sobretudo nas análises voltadas ao estudo dos intelectuais[78], na ênfase sobre a indispensável reflexão do quadro institucional em que se realiza a atividade intelectual. Somente o indivíduo é capaz de pensar, diz o sociólogo, mas não pensa isoladamente, fala a linguagem de seu grupo social, a linguagem dos homens sociabilizados, produto de um contexto histórico-social concreto. Por decorrência, a finalidade última da sociologia do conhecimento é desentranhar o enraizar desse conhecimento na textura social, os modos de pensar aí secretados[79]. O diferencial destas proposições em relação aos termos propostos em nossa reflexão está na concepção de dialógica transtemporal, condição imprescindível para o conhecimento historiográfico; acessório para o sociológico.

Nessa linhagem, pode-se pensar na extensão desse conceito para outros campos do conhecimento. Seria possível, por exemplo, falar-se de uma antropografia, não apenas no senso comum de distribuição dos povos sobre o ecúmeno e sua relação meio ambiental, que segue o significado grego de grafia (descrição), mas que a expande para sua vertente escrita, a partir de uma disquizição sobre os antropólogos face à sua produção científica. Um passo além seria a reflexão sobre a história das obras historiográficas, isto é, uma reflexão sobre as sínteses produzidas sobre os estudos históricos realizados, tarefa complexa a que se propôs, com êxito, Rogério Forastieri[80]. A noção de complexificação da temporalidade não é apanágio da história, estende-se à totalidade do conhecimento humano, explicitando-se de modo

[76] Para Julio Aróstegui, a fundamentação última da historiografia "não se baseia no que os historiadores fazem, senão, e antes, na crítica do que fazem". Ver ARÓSTEGUI, 2001: 14.
[77] MANNHEIN, 1968.
[78] Karl Mannhein enquadra-se aqui na primeira categoria dos intérpretes da história intelectual, os que enfatizam a prioridade do social. "Assistimos então a uma oscilação constante entre uma concepção substancialista que tende a assimilar os intelectuais a um grupo social particular e uma forma de nominalismo que os situa antes de tudo por seu engajamento nas lutas ideológicas e políticas". Ver DOSSE, 2003: 15.
[79] DOSSE, 2003: 15.
[80] SILVA, 2001.

sublime no campo da literatura, terreno em que o transporte temporal é quase a regra, desentranhando e combinando as fantasias do sujeito, recurso de escrita típico de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, em cuja poesia o "momento presente opera como um recorte do tempo posto em suspensão em face do movimento constante pelo qual o poeta se arremessa desejosamente para momentos outros que não o presente, complexificando a linearidade desse tempo"[81].

A pergunta que subjaz a estas constatações é a explicação do porquê a expressão historiografia adquiriu tal visibilidade[82], a ponto de seus cultores reivindicarem para ela um lugar próprio entre as disciplinas das Ciências Sociais.

A primeira aproximação é assumir que se a História é, em sua acepção mais elevada, a memória crítica da experiência social da humanidade, a historiografia acaba por ser a memória crítica da própria História, sua chave de segurança que realiza, preferencialmente no longo do prazo, a avaliação do conhecimento produzido, apontando as fragilidades, expondo os excessos, exibindo as lacunas, denunciando as ideologias. Seu avultamento perante a própria História é uma espécie de catarse frente à crise dos paradigmas das grandes narrativas, um esgotamento já anunciado por George Duby, em 1987[83].

Crise explicada por François Furet em 1995, ao afirmar que a humanidade privada de Deus, das utopias redentoras, da ilusória segurança da ciência, viu tremer sob seus pés a divindade da história. Crise de crescimento, por certo, tal é a vitalidade da produção de obras históricas, disponível em quantidade e velocidade jamais imaginada, viabilizada pelas modernas tecnologias de informação, marca indelével da sociedade em rede pensada por Castells[84]. Uma pletora tão intensa de informações que tolda o pensamento e reforça o relativismo, ao mesmo tempo em que põe diante de nossos talentos a necessidade de buscar novos paradigmas, somente alcançáveis pela reflexão historiográfica, que põe no centro da História "sujeitos corpóreos", seres que "constituem e modificam classes, estruturas e sistemas"[85]. Uma história severa, crítica permanente de si mesma que eleva a historiografia à condição de seu aparato controlador, sua consciência propriamente histórica, seu *dieu cachet*, que nos autoriza a resgatar a idéia de um sentido para a História, totalmente descolada de seu corolário teleológico, tornado possível pelo colapso das ideologias hegemonizantes e dos finalismos utópicos. Se a representação do passado inscrita nos suportes da memória permite ao historiador o acúmulo de experiências que lhe autorizem a avançar um certo horizonte de expectativa, como nos ensinaram Paul Ricoeur e Reinhardt

[81] TEIXEIRA, 2007: 161.
[82] ARRUDA, 2006: 15-32.
[83] DUBY, 1987.
[84] CASTELLS, 2003.
[85] ARÓSTEGUI, 2001: 13.

Koselleck, também é possível pensar-se num horizonte de expectativa em relação à coalescência do porvir historiográfico.

Tal possibilidade se sustenta em dois argumentos básicos. O primeiro refere-se à já considerada complexificação temporal, que estreita os liames entre as múltiplas dimensões temporais, em que o presente tenderá a se dilatar infinitamente como as galáxias cósmicas, sugando o passado e o futuro, no já referido "presente monstro". A segunda, a constatação teórica do inelutável retorno a paradigmas que haviam sido superados pelo repertório historiográfico anterior, e que haviam se transformado na peça de resistência de sua afirmação como pensamento hegemônico.

Equivale dizer, todo esforço da velha história para demolir a empiria entranhada no positivismo prevalescente entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX. O bom combate travado pelo marxismo e pelos analistas foi por água abaixo quando a nova história revalorizou a crença ilimitada no poder dos arquivos, revitalizou a história política[86], requalificou as biografias, desqualificou as estruturas em favor dos eventos, promovendo o retorno da narrativa, agora adensada pelas influências da antropologia, recolonizando "positivamente" a mente dos historiadores[87].

As batalhas no campo historiográfico justificam o retorno a territórios vencidos[88], mas cujos paradigmas redivivos não retornam à cena exatamente como antes, surgem transformados pela experiência histórica e ganham nova coloração, sobretudo porque não conseguem se manter imunes aos valores concebidos na coalescência historiográfica que se propõem superar. Por isso mesmo, o evento que retorna "não é aquele mesmo que foi reduzido no sentido explicativo nem aquele infra-significado exterior ao discurso. Ele engendra o sentido"[89]. Não é o mesmo da história da escola metódica/positivista do século XIX, diabolizado pelos *Annales*, que se limitava ao estabelecimento puramente factual das fontes, tanto que Pierre Nora proclamou o retorno do *evénement*, já em 1972, um ano após Michel Foucault ter feito sua crítica radical a toda a continuidade continuísta, toda absolutização e naturalização dos valores, autodefinindo-se como um "positivista feliz", apelava às descontinuidades, ao descritivo das positividades materiais e à singularidade dos eventos, afirmando que a história efetiva fazia ressurgir o evento naquilo que ele poderia ter de único e agudo[90].

---

[86] ARÓSTEGUI, 2001: 259.

[87] Que significa cair na ilusão positivista de que a cronologia fina refina o conhecimento histórico, a metaforização da realidade, "a dissolver os problemas reais em palavras e símbolos". Ver FONTANA, 1999: 271.

[88] Isto é, a defatalização do passado, o retorno às potencialidades não cumpridas do passado segundo a moral da ação de Paul Ricoeur. Ver FONTANA, 1999: 271.

[89] RICOEUR, 1999: 69.

[90] DOSSE, 1999: 68.

A requalificação das biografias é outro exemplo emblemático. Os anos 1980 assistem à explosão do gênero biográfico na França. Somente em 1985 foram publicadas 200 novas biografias por 50 diferentes editoras; em 1996, foram 611 e em 1999 ultrapassaram a casa das mil, o que fez do gênero desprezado e visto com desconfiança pelos acadêmicos tornar-se um filão de ouro para as casas editoriais, porque "a biografia gere uma parte da memória, liofiliza o passado em módulos prontos para o consumo"[91]. Mais próximo da arte literária do que da ciência histórica, a biografia se presta aos arrojos da ficção, abriga mercenários, biógrafos que se apossam de seus biografados ao ressuscitá-los da morte, mas também cede espaço a obras modelares no gênero, como se depreende da leitura das biografias de Paul Ricoeur[92] e Michel de Certeau[93], cujo subproduto foi um encontro intelectual hipotético entre os dois grandes pensadores em torno da temática crucial da escrita da história[94].

De outra natureza, mas ainda enquadrada no gênero, são as biografias cruzadas do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista Félix Guattari, em sua longa trajetória de cumplicidade afetiva e intelectual[95]. O denominador comum entre todas elas, expressão máxima da renovação do gênero biográfico é o de serem verdadeiras biografias sociais, espelhos reflexos de uma época, surpreender em uma de suas obras, em um de seus momentos vividos, "como nesta vida está uma época inteira"[96].

Tais constatações apontam no sentido de que a linhagem historiográfica que se vislumbra no horizonte comporá um novo arranjo entre as constelações dominantes no século XX, uma síntese entre velha e nova história, uma aproximação dialógica entre os conceitos até aqui opostos, entre pontual e estrutural, descrição e conceituação, narração e análise, signo e sentido, imaginário e ideologia, sensibilidade e racionalidade. Não se trata de mera elocubração, mas uma possibilidade inscrita na experiência do passado e nas intelecções do presente saturado de futuros.

> "Cada momento do passado não contém apenas a semente de um futuro pré-determinado e inescapável, mas sim a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é o melhor, nem, por outra parte, que os outros estejam totalmente descartados"[97].

Já se disse que é possível profetizar o futuro, desde que não se queira prevê-lo nos detalhes. As possibilidades e os limites de um futuro distinto delineiam-se a partir

[91] MADELÉNAT, 2005: 12-13.
[92] DOSSE, 1977.
[93] DOSSE, 2002.
[94] DOSSE, 2006.
[95] DOSSE, 2007.
[96] DOSSE, 1977: 7.
[97] FONTANA, 1999: 275.

de "estruturas que estabelecem ao mesmo tempo as condições e os limites da ação futura", ou seja, "as mudanças estruturais de longo prazo, com intervalo de tempo cada vez mais curtos, resultam em predições que têm por objeto não mais eventos concretos singulares, mas sim as condições de um determinado futuro possível"[98]. Se o futuro parece-nos nebuloso é porque não o inserimos numa estrutura lógica, nem o vemos como culminância prevista do passado, como uma espécie de fronteira do presente que avança ininterruptamente. Sua inescrutabilidade para cada um de nós "individualmente, não significa que seja igualmente impenetrável para todos coletivamente", "uma vez que caminhamos para o futuro na grande dinâmica da história"[99]. Mais do que isso, a história que não se propõe a dominar o futuro terá que se defrontar com profecias escatológicas, ensina Jacques Le Goff, ficando sob a ameaça das hecatombes nucleares, de um lado, e das promessas do desenvolvimento científico e tecnológico, do outro, o homem teve que se voltar para o "passado com nostalgia, e para o futuro, com temor ou esperança"[100].

Isto é, a história da humanidade no século XXI caminha para a revalorização das histórias gerais, não de uma história total, mas da construção total articulada de uma pluralidade de objetos[101], uma tendência à universalização que obrigará o recurso a categorias mais amplas, mais elásticas, capazes de absorver a enorme diversidade, impondo o recurso à busca das linhas mestras de conexão capazes de conferir inteligibilidade a um conjunto tão vasto e complexo[102]. Ao mesmo tempo, resta a resistência à voragem globalizante – experiência tormentosa e insólita, torvelinho sem horizontes do qual não se pode evadir –, a oposição por via do estímulo à valorização das especificidades conferidoras de identidade que, ao se aprofundarem, acabarão por alimentar a complexidade das redes de generalização.

A micro-história torna-se, destarte, matéria-prima básica das macrointerpretações, pondo por terra a vã esperança de se oporem a uma história de feição mundial, de se "recusarem a uma homologação planetária".[103] Estaríamos voltando à era de afirmação dos universalismos alimentados pelos particularismos em detrimento dos nacionalismos e, por analogia, de todos os macrossujeitos que deram sentido à história? Pura imaginação? Não, pois imaginação não é um desvio de caráter do historiador, ainda mais quando caucionada pela experiência histórica na travessia dos

[98] KOSELLECK, 2006: 144-145.
[99] CHEILBRONER, 1963: 12-13.
[100] LE GOFF, 2000: 214-220.
[101] REVEL, 1987: 179.
[102] Inteligibilidade, compreensividade, ou simplesmente sentido, desencarnado de toda e qualquer conotação finalista, ou seja, "a busca dos denominadores comuns ou a descoberta do mesmo debaixo da aparência dou outro". Ver MATTOSO, 1999: 31.
[103] BODEI, 2001: 78.

tempos. De fato: "Não há reflexão séria sobre o passado se não consideramos a articulação do passado, do presente e do porvir"[104].

O procedimento historiográfico em sua concepção crítica não se restringe ao campo de conhecimento da história, como já foi dito. Pode ser aplicado ao conhecimento da escrita antropográfica, geográfica, etnográfica ou sociográfica, enfatizando a dimensão da escrita em lugar da descrição, a temporalidade em lugar da espacialidade. Remete, portanto, ao itinerário intelectual da humanidade, das especialidades científicas incumbidas de entendê-lo, despertando a consciência intelectiva que estimule a faculdade de apreender por via dos sentidos, da percepção de representações mentais dos objetos e das sensações viabilizadas pela vivência socioambiental e, numa instância superior, buscar as apercepções que envolvem o complexo feixe de liames entre os objetos observados pelo historiador em relação a objetos similares e diferenciados, viabilizando apreensões totalizadoras, transformadas pela reflexão na produção de um fluxo contínuo de conhecimentos entre a experiência empírica e o universo das representações que possibilitarão ao historiador, sujeito da história, a compreensão de si, do mundo que o cerca, da intrincada rede de temporalidades que nessa operação histórica se entretece.

Porque os historiadores escreveram o que escreveram? Porque o fizeram? Que influência as interpretações tiveram sobre o desenvolvimento histórico ulterior? São essas as questões de fundo que movem a historiografia em sua perspectiva crítica. Busca-se a ressignificação da história por meio da reconceituação da escrita historiográfica, especialidade que se aloja mais propriamente no campo da reflexão intelectual e que não pode ser enclausurada em temporalidades estanques, que recusa a unidirecionalidade do fluxo temporal, voltada à apreensão do seu direcionamento múltiplo, entrelaçamento e simultaneidade, cuja percepção é apanágio do ser pensante, do ser no tempo, com sensibilidade para o tempo, para quem a melhor imagem para o tempo não é o rio de sentido unívoco, mas as nuvens de fluxos múltiplos.

Como os rios, a história em si corre num sentido único, irreversivelmente. Escorre do passado para o futuro atravessando o presente, pois não pode desatrelar-se do tempo físico, do tempo cósmico. A sensibilidade do tempo, de sua transtemporalidade, de sua dialógica simbolizada nas nuvens, é atributo do historiador, o que faz deste tempo o tempo do historiador, que não é o mesmo tempo da história. Dualidade intuída por François Chenet que, mesmo assumindo a noção de transtemporalidade, observa:

> "O fluxo do tempo em si mesmo é irreversível, o pensamento do tempo supõe que possamos remontar pelo pensamento o curso dos acontecimentos, por exemplo voltado a

[104] CHENEAUX, 1985: 14.

> um acontecimento anterior e considerar uma outra sucessão temporal ou por colocar em ordem de maneira sistemática as fases de um processo temporal"[105].

Considerações finais

Remontando a Santo Agostinho, o *ser* é o *tempo* e o *tempo* é o *ser*, restando para a história ser o *ser* no *tempo* e ao historiador ser o *senhor* do *tempo*. Sua especial virtude de apreensão do tempo como "imagem móvel da eternidade", na chave da transcendência platônica, ou por sua especial acuidade de "distinguir na mesma realidade os elementos que se referem ao conteúdo sensível e aqueles, do ponto de vista inteligível e lógico, terão a função de ordenar a multiplicidade para que ela ganhe coerência e sentido", concebendo o tempo, na chave aristotélica, como divisão e articulação da realidade em instantes". Nessa linhagem, somente a consciência histórica "pode afirmar a existência do passado (pela lembrança) e a 'existência' do futuro pela expectativa ou antecipação". Em suma, ao falarmos do passado e do futuro, nós os tornamos presentes. Falamos do passado e do futuro porque somos capazes de presentificá-los. Noutros termos, "não falamos propriamente do passado e do futuro; falamos do presente do passado e do presente do futuro porque os visamos através desses movimentos que são a lembrança e a expectativa",[106] atributos exclusivos do ser pensante.

Velocidade, aceleração, retração, crise, ritmo, são medidas do tempo social que somente o homem como sujeito e objeto da história pode sentir, intuir, interpretar, portanto, são virtualidades do ser historiador. A história em si não reflete sobre si mesma. Apenas cria materiais e vivências que embasarão a percepção crítica dos historiadores. Alimentando sua capacidade de perceber a aceleração ou contração do tempo histórico. Num sentido, aceleração, porque produz a mudança; noutro, a contração, quando eventos de alta significação ocorrem mais próximos uns dos outros, dando a ilusão de que o tempo se acelerou, como se dá nas crises, nas revoluções, nas guerras. A percepção do tempo é uma virtude amplificada pelo alargamento do campo de experiência. Quanto mais alargado for o campo de experiência, mais numerosas serão as constâncias que adensam os prognósticos e intensificam o horizonte de expectativa, fortalecendo as relações de reciprocidade entre os tempos por sua saturação histórica. O historiador, colocado no divisor de águas das temporalidades, ou seja, no tempo presente, elabora sua interpretação, confecciona seu artefato, cria, realiza sua *poiesis* histórica, a poesia das temporalidades.

---

[105] CHENET, 2000: 37.
[106] SILVA, 2009: 11.

O presente alargado só faz um sentido se vislumbrando prospectivamente a partir do futuro e, retrospectivamente, em direção ao passado. É essa sensibilidade que dá ao historiador o poder de conferir inteligibilidade ao passado, pois é a partir do futuro que se elegem as prioridades de vanguarda, recusando-se a transformá-lo na pura e simples certificação do presente, sua mera e inócua reprodução.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

ARÓSTEGUI, Júlio, 2005 – *Pesquisa histórica: ciência e método*. Bauru: Edusc.

ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2006 – "Historiografia: a História da História do Brasil (1945-2005)". *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, nova série, v. 14-15. Lisboa.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, 1998 – "Prismas da Memória: Emigração e Desenraizamento". *Revista do CEPFAM*, v. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BERGSON, Henri, 1974 – *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural.

BODEI, Remo, 2001 – *A História tem um sentido?*. Bauru: Edusc.

BOUTANG, Pierre, 1993 – *Les temps. Essai sur l'origine*. Paris: Hatier.

BRAUDEL, Fernand, 1983 – *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, 2 v. (1. ed. 1949). São Paulo: Martins Fontes.

BURROW, John, 2008 – *A history of histories. Epics, Chronicles, Romances and Inquiries from Herodotus and Thycydides to the Twentieth Century*. New York: Vingate Books.

CALINESCU, Matei, 1987 – *Five faces of modernity*. Durham: Duke University Press.

CARDOSO, Irene, 1998 – "A Comemoração Possível". *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 10, n.º 2. São Paulo.

CASTELLS, Manuel, 2003 – *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CERVANTES, Miguel de, 2005 – *Dom Quixote*, 2.ª parte, cap. IX. Porto Alegre: L&P Editores.

CHARTIER, Roger, 1994 – *L'Histoire aujourd'hui: doutes, defies, propositions*. Valência: Episteme.

CHENEAUX, Jean, 1985 – "L'axe passé/present/avenir", in *Cet obscur objet de l'histoire*. Espaces-Temps, Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS), n.º 117. Paris.

CHENET, François, 2000 – *Les temps, temps cosmique, temps vécu*. Paris: Armand Colin.

DELUMEAU, Jean, 2003 – *Guetter l'aurore: un christianisme pour demain*. Paris: Bernard Grasset.

DIHEL, Astor Antônio, 2002 – *Cultura historiográfica. Memória, identidade, representação*. Bauru: EDUSC.

DOSSE, François, 1977 – *Le sens d'une vie*. Paris: La Découverte.

DOSSE, François, 1999 – *L'histoire ou le temps réflechi*. Paris: Hatier.

DOSSE, François, 1999 – "L'histoire sociale 'à la française' à son apogée: Labrousse/ Braudel", in *Les courants historique en France*. Paris: Armand Colin.

DOSSE, François, 2002 – *Michel de Certeau, Le marcheur blessé*. Paris: La Découverte.

DOSSE, François, 2003 – *A História*. Bauru: Edusc.

DOSSE, François, 2003 – *La marche des idées. Histoire des intellectuels-histoire intellectuelle*. Paris: La Découverte.

DOSSE, François, 2006 – *Paul Ricoeur, Michel de Certeau. L'Histoire: entre le dire e le faire*. Paris: Éditions de l'Herne.

DOSSE, François, 2007 – *Gilles Deleuze Félix Guattari. Biographie Croisée*. Paris: La Découverte.

DOSSE, François, 2007 – *História do estruturalismo*, 2 v.. Bauru: Edusc.

DOSSE, François, 2007 – "L'histoire et la guerre des mémoires". *Saeculum – Revista de História*, v. 16, jan./jul.

DOSSE, François, 2007 – "Mémoire et oubli. Lire avec Ricouer", in *Paul Ricoeur et les science humaines*. Paris: La Decouverte.

DUBY, George, 1987 – *Magazine Littéraire*, n.º 248.

FAYE, Emmanuel, 2009 – *Heidegger*. Yale: Yale University Press.

FERNÁNDEZ-ARNESTO, Felipe, 2002 – "Epilogue", CANNADINE, David (ed.) – in *What is history now?*. London: Palgrave Macmillan.

FONTANA, Josep, 1999 – *História. Análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc.

GARCIA, Patrick, 1999 – "La naissance de l'histoire contemporaine", in *Les courants historiques em France, 19e-20e siècles*. Paris: Colin.

GUREVIC, Aaron Y., 1975 – "Le temps comme problème d'histoire culturelle", in *Les cultures et le temps*. Paris: UNESCO/Payot.

HALBWACHS, Maurice, 1994 – *Les cadres sociaux de la memóire*. Paris: Albin Michel.

HARTLEY, L. P., 1953 – *The go between*. London*:* H. Hamilton.

HARTOG, François, 2003 – *Regime d'historicité. Preentisme et expérience du temps*. Paris: Seouil.

HEIDEGGER, Martin, 1999 – *El concepto de tiempo*. Madri: Trotta.

HEILBRONER, Robert L., 1963 – *O futuro como história*. Rio de Janeiro: Zahar.

INSTITUTO Antonio Houaiss, 2001 – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

KOSELLECK, Reinhardt, 2006 – *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos* (1.ª ed. 1979). Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio.

KRZYSTOF, Pomian, 1999 – *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard.

KULA, Witold, 1954 – *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, 1974 – *Faire de l'histoire*, 3 v.. Paris: Gallimard.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques, 1978 – *Dicionaire de l'Nouvelle Histoire*. Paris: Éditions Retz.

LE GOFF, Jacques, 1996 – *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

LE ROY LADURIE, Emmanuel, 1967 – *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flammarion.

LE ROY LADURIE, Emmanuel, 2000 – *Montaillou. Cátaros e católicos numa aldeia occitana, 1294-1324* (1.ª ed. 1975). Lisboa: Edições 70.

LE ROY LADURIE, Emmanuel, 2004 – *Histoire humaine et comparée du climat. Canicules et glaciers XIII^e^-XVIII^e^ siècles*. Paris: Fayard.

MADELÉNAT, Daniel, 2005 – "La biographie aujourd'hui". *Mesure*. *Le Pari biographique. Écrire une vie*. Paris: La Découverte.

MANNHEIN, Karl, 1968 – *Ideologia e utopia* (1.ª ed. 1929). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARX, Karl, 1968 – *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escriba.

MATTOSO, José, 1999 – "A escrita da História", in *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec.

NIETZSCHE, Friedrich W., 2001 – *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras.

NORA, Pierre, 1993 – "Entre história e memória: a problemática dos lugares". *Revista Projeto História*, v. 10. São Paulo.

PERROT, Jean-Claude, 1981 – "Le Présent et la Durée dans l'Oeuvre de Fernand Braudel". *Annales*, n.º 1.

POLONI-SIMARD, Jacques, 2003 – "Fernand Braudel", in *Les historiens*. Paris: Armand Colin.

POMIAN, Kryzztof 1978 – "Temporalité historique/temps", in LE GOFF, Jacques; REVEL, Jacques (dir.) – *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz.

REVEL, J., 1987 – "Entretien". *Espaces-Temps*, n.º 34-35, dec. 1986 (citado por François Dosse, *Histoires en miettes*). Paris: La Découvert.

RICOEUR, Paul, 1985 – *Temp et Récit*. Paris: Éditions du Seuil.

RICOEUR, Paul, 1985 – *Du texte à l'action*. Paris: Éditions du Seuil.

RICOEUR, Paul, 1999 – "Évenement et Sens". *Raisons pratiques*, n.º 2.

RICOEUR, Paul, 2000 – *La Memóire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris: Le Seuil.

RIOUX, Jean-Pierre, 1997 – "La mémoire collective", in RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François – *Por une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil.

ROUSSO, H.; CONAN, V., 1994 – *Vichy, um passé que ne passé pás*. Paris: Fayard.

SANTO AGOSTINHO, 2002 – *Confissões*. São Paulo: Martin Claret.

SILVA, Franklin Leopoldo e, 2009 – "Tempo: experiência e pensamento". *Revista USP*, Mar./Abr./Maio. São Paulo.

SILVA, Rogério Forastieri da, 2001 – *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: Edusc.

TEIXEIRA, Ana Lúcia, 2007 – *Álvaro de Campos, ele mesmo*. Bauru: Edusc/Fapesp.

THUILLER, Guy; TULARD, Jean, 1995 – *Les écoles historique*. Paris: PUF.

WEBER, Max, 2006 – *A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática.